

# Os principais pontos do programa de ajuste

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O programa de ajustamento emergencial, sugerido pelos governadores ao presidente José Sarney, traz duas dezenas de medidas concretas a serem tomadas pelo governo federal na direção do controle do déficit público; de uma política anti-recessiva; de empregos e salários; de controle da inflação; e de soluções para o setor externo. As principais medidas propostas são:

- Aplicação de um redutor de 0,8% do IPC do mês anterior sobre os preços de monopólios e oligopólios;

- Adiamento da recuperação real das tarifas e preços públicos;

- Política monetária que evite juros negativos, mas que não induza os juros a um patamar superior a 10% reais;

- Respeito à paridade cambial cruzado-dólar;

- Aumento seletivo da carga tributária e exame em caráter emergencial de medidas para taxação progressiva dos ganhos de curto prazo no mercado financeiro;

- Aumento das alíquotas do Finsocial e do FGTS para formação, com os recursos decorrentes, de um fundo de recuperação das finanças públicas;

- Elaboração de um orçamento de renúncia fiscal da União, para imediata revisão dos subsídios e incentivos — proposta que o ministro da Fazenda pretende incorporar para o orçamento fiscal de 1989;

- Corte de gastos seletivos; e imediata suspensão da Resolução nº 1.469;

- Preservação da URP como premissa, mas os aumentos salariais não poderão superar a inflação do

mês anterior, na fase de ajustamento;

- Demissão dos contratados ilegalmente com o pagamento de dois meses de salário;

- Aplicação da folha de ponto com demissão dos que não comparecerem durante sessenta dias sem justificativas (além do prazo que é previsto em lei).

- Criação de uma comissão nacional de acompanhamento da produtividade por setores, junto ao Ministério do Trabalho, para a adoção "de uma política de rendas que assegure uma distribuição da produtividade entre salários e lucros";

- Pagamento dos juros da dívida externa condicionado ao não comprometimento das reservas internacionais do País;

- Fixação de deságios mínimos nos leilões de conversão da dívida em investimentos diretos;

- Retorno da taxação do turismo de 25% sobre compra de passagens internacionais e câmbio;

- Suspensão da reforma tarifária em andamento até que se tenha uma política industrial definida para o médio prazo;

- Renovação da Resolução nº 68 do Conselho de Comércio Exterior (Concex), que trata de créditos de fornecedores para importações;

- Fixação de um valor básico de custeio para o trigo nacional a um preço de aquisição não superior ao preço do trigo internacional. Essa é outra medida que agradou o ministro da Fazenda, já que hoje paga-se pelo trigo nacional cerca de US\$ 180,00, enquanto o produto no mercado internacional pode ser obtido a US\$ 100,00, aproximadamente.